

ARREPENDIMENTO E FÉ: SERÁ QUE OS LUTERANOS REALMENTE SE LIVRARAM DAS OBRAS MERITÓRIAS?

REPENTANCE AND FAITH: DID THE LUTHERANS REALLY GET RID OF THE MERITORIOUS WORKS?

Charles Samuel Voigt Ledebuhr¹

Clóvis Jair Prunzel²

Resumo: Este artigo buscou investigar formas adequadas de ensinar e pregar sobre arrependimento e fé, que sejam bíblica e confessionalmente corretas, de modo a, por um lado, não dar a entender que se tratam de obras meritórias para a salvação, e, por outro lado, que não neguem o envolvimento do ser humano nessas ações que são criadas e sustentadas pelo Espírito Santo no crente simultaneamente justo e pecador, ao longo da vida, deste lado do *eschaton*. Depois de considerar o significado dos termos bíblicos relevantes para esta discussão e de considerar como as Confissões Luteranas abordam e expõem esses temas, algumas abordagens e linguagens são sugeridas. A fé pode ser descrita como um relacionamento e/ou um estado, e o arrependimento pode ser descrito como um estado e/ou um ritmo de vida do crente *simul justus et peccator*.

1 Bacharel em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, 2017), Canoas, RS. Especialização em Teologia e Ministério Pastoral (ULBRA, 2019). Artigo de conclusão para obtenção da Habilitação ao Ministério Pastoral, Seminário Concórdia (2019).

2 Professor orientador. Bacharel em Teologia (1991), Seminário Concórdia de São Leopoldo. Mestrado em Teologia (2007), Seminário Concórdia de São Leopoldo. Doutorado em Teologia Sistemática (2014), Concordia Theological Seminary, Fort Wayne, USA.

Palavras-chave: Arrependimento. Fé. Lei e evangelho. Obra do Espírito Santo.

Abstract: This article aims at finding out appropriate ways to teach and preach about repentance and faith that are biblically and confessionally faithful, which on the one hand, do not imply that they are works meritorious for salvation and, on the other hand, do not deny the human involvement in these actions that are created and maintained by the Holy Spirit in the believers who are simultaneously righteous and sinner during their life at this side of the eschaton. After taking into account the meaning of the relevant biblical terms for this discussion and pondering how the Lutheran Confessions address and expose these topics, with the assistance of helpful bibliographic research, some approaches and languages are suggested. Faith can be described as a relationship and/or a state and repentance can be described as a state and/or a rhythm of life lived out by the simul *justus et peccator* believer.

Keywords: Repentance. Faith. Law and Gospel. Holy Spirit's work.

INTRODUÇÃO

A confissão da justificação para a salvação por graça mediante a fé em Jesus Cristo apenas, é uma característica central do luteranismo. Cremos, ensinamos e confessamos claramente que boas obras não são meritorias para a salvação, ou seja, que as boas obras não são a causa da nossa salvação, mas sucedem naturalmente como frutos de boa árvore (tornada boa milagrosamente pela ação do Espírito Santo através dos meios da graça) na vida do crente (AC VI). Não somos antinomistas e, portanto, ensinamos que boas obras são necessárias, mas também não somos legalistas e, portanto, ensinamos que não são necessárias para a salvação (FC IV).³ No entanto, até mesmo para muitos cristãos luteranos, com esse princípio esclarecido, certa confusão advém na hora de aplicar esse princípio a ar-

³ “Daí é que, quando exalto sobremaneira a fé e condeno essas obras descrentes, acusam-me de proibir boas obras, ao passo que na verdade eu queria ensinar obras da fé realmente boas” (LUTERO, 1989, p.103).

repentimento e fé. Visto serem necessários para a salvação,⁴ facilmente incorre-se no erro de se referir a arrependimento e fé de tal forma a dar a entender serem estas obras meritórias para a salvação. Tal pode ser notado em comentários do tipo, “Tudo o que você precisa fazer para ser salvo é crer”,⁵ ou no temor que muitos cristãos têm de morrer repentinamente sem terem tido tempo de se arrepender de seus últimos pecados, privando-os do consolo da certeza da salvação.⁶ Kolb (2014, p.219) comenta que, entre os muitos truques do Enganador, fazendo jus a esse nome, está o de levar pessoas a confundir significados, mesclando onde precisa ser mantida distinção e jogando umas contra as outras descrições, conceitos e atividades de Deus pretendidas por ele como complementares e harmoniosas.⁷ A confusão da distinção entre a obra de Deus para a nossa salvação e o fruto dessa obra na vida do crente, confusão que priva o crente da certeza de sua salvação ou o leva à autoconfiança, é um bom exemplo disso. Este artigo procura explorar descrições e definições de *Arrependimento e Fé* que sejam bíblica e confessionalmente fiéis com vistas a um ensino e uma pregação sobre o tópico que evitem tais confusões a fim de que o ouvinte não seja privado do consolo da certeza da salvação ou conduzido a uma falsa segurança.

4 “De fato, sem fé é impossível agradar a Deus” (Hb 11.6, NAA). E Robert Preus, no livro *Getting into the Theology of Concord*, afirma que “o arrependimento é necessário, visto que a vida eterna não é dada àquele que não se arrepende” (PREUS, 1982, p.8). Cf.: FC Ep. III, 11, 17; e FC DS III, 22-23, 26, 64.

5 “Quantas vezes, involuntariamente, não damos a entender às crianças na instrução de confirmandos que somos justificados por resposta correta somente!... Muito frequentemente cristãos têm reduzido fé a uma decisão, alguma obra virtuosa encontrada em nós. Não o é.” (Tradução nossa. Texto original: “How often do we not unintentionally convey to children in confirmation instruction that we are justified by right answer alone!... Too often Christians have reduced faith to a decision, some virtuous work that we pull off. It is not”) (WENGERT, 2017, p.57-8).

6 Ou na pergunta que se segue muitas vezes quando um cristão morre pouco depois ou em decorrência de um ato pecaminoso (como suicídio, por exemplo): “Ele realmente teve tempo para se arrepender?”; como se o ato do arrependimento daquele pecado é que fosse a causa da remissão do pecado e consequente salvação eterna. Cf.: PREUS, Peter. *And She Was a Christian – Why Do Believers Commit Suicide?* Milwaukee, Wisconsin: Northwestern Publishing House, 2013, p.109-11.

7 Kolb conclui, “Os conceitos que ‘fidelidade’ e ‘frutificidade’ são um exemplo disso”. [Tradução nossa. Texto original: “The concepts of ‘faithfulness’ and ‘fruitfulness’ provide an example of this”].

“ARREPENDIMENTO” NAS ESCRITURAS

Dois verbos hebraicos são usados para significar *arrepender* no Antigo Testamento: **נָחַם** e **שׁוּב**. O hebraico **נָחַם** no niph'al, traduzido cerca de 35 vezes na LXX por μετανοέω ou μεταμέλομαι, tem o sentido de “arrepender-se” e é empregado, por exemplo, em Êxodo 13.17 e Juízes 21.6, para lamentação puramente humana, e em Jó 42.6 e Jeremias 31.19, onde tem o sentido de concordar humildemente com o juízo justo de Deus, para o bem ou para o mal (LAUBACH, 2000, p.419). No entanto, a maioria dos casos do uso deste verbo tem como sujeito Deus, sendo que a palavra usada com maior frequência para indicar o arrependimento humano é **שׁוּב** (WILSON, 1998, p.951).⁸

שׁוּב, como aponta Hamilton (1998, p.1532-4), é o décimo segundo verbo mais frequente do AT (mais de mil vezes!). Seu significado básico (voltar-se, retornar) abrange uma ampla gama de usos, como denotar movimento físico (por exemplo, voltar de um lugar), ser o verbo auxiliar que denota repetição da ação do verbo principal e, o relevante nesta discussão, seu uso teológico (quando significa, de fato, *arrepender-se*), entre outros. No seu uso teológico, **שׁוּב** combina, melhor que qualquer outro verbo, tanto a ideia de desviar-se do mal quanto de voltar-se para o bem. Diferente do Novo Testamento, o chamado ao arrependimento no AT com mais frequência chama o povo da aliança como um todo a voltar-se novamente a Deus e abandonar os caminhos da idolatria, sendo Jeremias e Ezequiel as maiores exceções, que ressaltam a conversão do indivíduo (LAUBACH, 2000, p.417).

Sobre arrependimento no AT, Hamilton conclui que,

A bem da verdade, não há no AT nenhuma sistematização da doutrina do arrependimento. Mais do que qualquer outra coisa ela é ilustrada (Sl 51). Contudo, o fato de que as pessoas são chamadas a se voltar para Deus ou a se voltar de seus pecados deixa implícito que o pecado não é uma mancha inapagável, mas que, mediante conversão (que é uma graça concedida por Deus), o pecador pode redirecionar o seu destino (HAMILTON, 1998, p.1533).

⁸ Por mais interessante que seja o conceito do “arrependimento de Deus” no Antigo Testamento e suas implicações teológicas, foge do escopo deste artigo.

Ou, como nós diríamos, ter a sua vida redirecionada por aquele que concede a conversão/arrependimento e o perdão do pecado.

No NT três verbos são usados para significar *arrepender*, ἐπιστρέφω, μετᾶμέλομαι e μετανοέω. De acordo com Laubach (2000, p. 418), ἐπιστρέφω é empregado para a conversão do indivíduo, denotando transformação completa da existência sob influência do Espírito Santo. Já μετᾶμέλομαι denota o arrependimento ou lamentar pelo pecado que não necessariamente inclui o verdadeiro voltar-se do homem para Deus (a exemplo de Judas). Μετανοέω, por fim, é mais próximo de ἐπιστρέφω em que expressa o consciente desviar-se do pecado, uma mudança de mente e da totalidade da atitude interior sem a qual a verdadeira conversão não é possível. A diferença seria que ἐπιστρέφω tem um sentido mais amplo, que sempre inclui a fé (*arrependimento e fé*), enquanto μετανοέω anda lado a lado com πιστεύω, complementando-se mutuamente. Apesar da LXX usar μετανοέω para traduzir תשובה e ἐπιστρέφω para traduzir תשובה, μετανοέω no NT está muito mais próximo do conceito de תשובה no AT (GOETZMANN, 2000, p.419-420).

No entanto, há que ser cuidadoso para não dogmatizar o sentido desses vocábulos nos textos originais. Das 36 vezes que ἐπιστρέφω ocorre no NT, em apenas 18 (a metade) a palavra ocorre no seu sentido teológico (LAUBACH, 2000, p.417). E das mais de mil ocorrências de תשובה no AT, menos de 300 (menos de um terço do total) ocorrem no seu sentido teológico (HAMILTON, 1998, p.1532-3). O sentido exato de cada termo a cada vez que ele ocorre vai depender de cuidadosa apreciação do contexto. Além disso, nem todas as vezes que o assunto é tratado nas Escrituras, esses termos são usados. Hamilton (1998, p.1532) comenta que expressões idiomáticas relacionadas a arrependimento no AT incluem, “inclinar o coração ao SENHOR, Deus de Israel” (Js 24.23), “circuncidar o coração para o SENHOR” (Jr 4.4), “lavar a maldade do coração” (Jr 4.14), “lavar o campo não cultivado” (Os 10.12), e assim por diante. E Goetzmann lembra que:

Tanto João como Paulo transmitem a ideia da conversão [μετᾶνοια] mediante a da fé [sem usar o termo μετάνοια]. Paulo se refere à fé como sendo o “estar em Cristo”, “a morte e ressurreição do homem com Cristo”, “a nova criação”, o “vestir-se do novo homem”. A literatura de João representa a nova vida em Cristo como sendo o “novo nascimento”, o passar da morte para a vida e das trevas para a luz, ou como sendo a vitória da verdade sobre a mentira e do amor sobre o ódio (GOETZMANN, 2000, p.421).

Estar ciente desses usos de termos e dessas linguagens e formas ilustrativas de tratar os assuntos abrem o leque de opções bíblicamente fiéis através dos quais transmitir para os ouvintes o ensinamento do Senhor.

“FÉ” NAS ESCRITURAS

O mais relevante conceito relacionado à *fé* no AT encontra-se na família de palavras da raiz אָמַן (confirmar, sustentar). O verbo no niphil significa “ser leal, digno de confiança, fiel” (pode ser aplicado tanto a seres humanos quanto ao próprio Deus), e no hiphil pode adquirir o sentido de “crer em” (MICHEL, 2000, p.811; FEINBERG, 1998, p.85). Feinberg descreve a importância do conceito de אָמַן para uma saudável discussão sobre fé, como segue:

Este conceito tão importante da doutrina bíblica é prova clara do significado bíblico de “fé” em contraste com muitos conceitos populares do termo. No âmago do sentido da raiz está a ideia de certeza. Isto é sustentado pela definição de fé do NT encontrada em Hebreus 11.1. A ideia básica da raiz é a de firmeza ou certeza. No qual o verbo expressa o conceito básico de sustento e é usado no sentido de braços fortes que sustentam uma criança necessitada... No hifil (causativo), tem basicamente o sentido de “tornar certo, convicto”, “ser assegurado”. Neste sentido a palavra no hifil é a palavra bíblica para “crer” e mostra que a fé bíblica é algo seguro, uma certeza, em contraste com conceitos modernos de fé que falam de algo possível, que se espera ser verdadeiro, ainda que não seja certo (FEINBERG, 1998, p.85).

Palavras importantes da família dessa raiz verbal incluem אֱמֶת (verdade), אָמֶן (verdadeiramente, amém) e אֱמוּנָה (fidelidade). Esta última é particularmente relevante, uma vez que é o termo que aparece em Habacuque 2.4, texto citado por Paulo no famoso versículo da Reforma, “O justo viverá por fé” (Rm 1.17, NAA).⁹ Aplicado a Deus, o termo expressa o fato de que tudo depende dele e é muitas vezes relacionado entre os atributos de Deus. Quando usado para se referir àqueles cuja vida Deus estabelece, tal fidelidade ou

⁹ O texto de Habacuque também é citado em Gálatas 3.11 e Hebreus 10.37-38.

tal vida de fé é característica daqueles que são justificados à vista de Deus (FEINBERG, 1998, p.86).

Há uma interessante disputa sobre de quem é a fé/fidelidade referida em Habacuque 2.4, cujo original lê que o justo viverá בְּאֵמֶן יְהוָה (pela fidelidade dele). Quem é “ele”? A leitura mais usual é de que seja o justo. Interessantemente, a LXX traduziu como πίστεώς μου (minha fidelidade), entendendo referir-se a Deus (que é quem fala). Raymann e Warth (2004) sugerem não só que essa fidelidade de Deus (à sua aliança) seja uma leitura provável de Habacuque 2.4, mas também que seja o que Paulo tem em vista ao citar o profeta, sugerindo a leitura alternativa de Romanos 1.17: “A justiça de Deus se revela no Evangelho, da fidelidade [de Deus] para a fé, como está escrito: o justo viverá pela fidelidade [de Deus]” (RAYMANN; WARTH, 2004, p.125). Além disso, eles sugerem que oito passagens paulinas¹⁰ em que a expressão πίστις Ἰησοῦ Χριστοῦ é usualmente interpretada e traduzida pelo genitivo objetivo (fé em Jesus Cristo) sejam lidas como genitivos subjetivos (fidelidade de Jesus Cristo), em harmonia com a leitura alternativa de Habacuque 2.4 e Romanos 1.17, visto as duas leituras serem gramaticalmente possíveis. O objetivo é tornar explícito que a fé não é a causa da justificação. “A causa é sempre a fidelidade de Jesus Cristo” (RAYMANN; WARTH, 2004, p.128). Michel (2000, p.813) destaca que o hebraico אֱמֶן יְהוָה, quando se refere à fé do crente, descreve “um ato vivo de confiança, no AT, bem como a dimensão da existência humana numa situação histórica... Salienta-se especialmente o alvo futuro. O passado era o ponto de partida da confiança, mas não seu alvo”. Sob esta perspectiva, compreende-se a tese:

Se a mensagem central [da Escritura] trata da graça de Deus em Jesus Cristo que é recebida pela fé, somos lembrados que tudo depende da “fidelidade” de Deus e de Jesus Cristo a sua Aliança eterna, pois o Evangelho é o cumprimento da própria aliança com o seu povo. Só se existe esta “fidelidade” de Deus em Cristo é que pode nascer a nossa “fé” pelo Espírito Santo, em que nos dá a “certeza” da salvação.

... pois Jesus Cristo é o Fiel de Deus, cuja “fidelidade” tornou a nossa “fé” possível (RAYMANN; WARTH, 2004, p.120,122).¹¹

10 Romanos 3.22, 26; Gálatas 2.16 (2x), 20; 3.22; Efésios 3.12 e Filipenses 3.9.

11 Note como todas as palavras destacas entre aspas pertencem ao domínio semântico de Nm). Não é o objetivo deste artigo resolver a questão da tradução de Habacuque 2.4 ou dos genitivos

De acordo com Michel (1998, p.813), a LXX traduz a raiz hebraica **אָמֵן** consistentemente por πιστεύω e procura incluir nesta palavra a riqueza dos significados transmitidos por esses termos no AT. E é também esse termo grego, tanto na sua forma verbal quanto o substantivo, o mais relevante a tratar sobre fé/crer no NT. Raymann e Warth dão uma pequena ideia do desafio exegético com que somos confrontados cada vez que nos deparamos com o vocábulo no NT:

Nem sempre é fácil identificar o sentido [de πίστις (*fides*)], pois pode ser “fé” ou “fidelidade” ou “convicção, certeza”. Os dicionários oferecem várias opções. Arndt-Gingrich oferece para *pistis*: fidelidade, fé, promessa, convicção, piedade, confiança, entre outras (Arndt & Gingrich, 1957, p.668). Bultmann sugere para *pistis*: fé, obediência, confiança, esperança, fidelidade. O dicionário latino-alemão traduz *fides* como: confiança, fé, convicção, honestidade, fidelidade, promessa, garantia, certeza, veracidade (RAYMANN; WARTH, 2004, p.120).

Ao discorrer sobre o uso do termo “fé” na Escritura, em menos de três páginas, Mueller (2004, p.322-24) usa mais de doze expressões latinas, das quais sete descrevem a fé salvífica e as demais, outros sentidos em que a palavra pode ser usada (além das tantas outras expressões latinas que ele usa ao longo do capítulo sobre *De Fide Salvifica*), a fim de tentar descrever os variados sentidos em que a palavra pode vir a ser usada na Escritura.

O uso de fé/crer também varia de autor para autor no NT. Nos escritos de João, segundo Michel (2000, p.818), como no hebraico, o verbo aparece em primeiro plano (o substantivo não aparece no evangelho) e tem clara conexão com o pensamento semítico (como o **אָמֵן** do AT). Já Paulo emprega πίστις deliberadamente “para indicar a aceitação da proclamação cristã e da fé salvadora à qual o evangelho conclamava (Rm 1.8; 1Ts 1.8). Para Paulo, *pistis* é indissolúvelmente vinculada com a proclamação” (MICHEL, 2000, p.815).¹²

em Paulo, mas esse é um bom exemplo para demonstrar a riqueza de possibilidades que o texto bíblico nos proporciona na busca por uma boa abordagem bíblica e confessionalmente fiel para pregar e ensinar sobre arrependimento e fé.

¹² Vide, por exemplo, Romanos 10.17: “E, assim, a fé vem pelo ouvir, e o ouvir, *pela palavra de Cristo*” (NAA, ênfase nossa).

É explicitamente uma fé salvadora, baseada na cruz de Jesus e na Sua ressurreição... A justiça recebida mediante a fé (*ek pisteōs, dia pisteōs, eis pistin*, “da fé”, “através da fé”, “em fé”) é uma dádiva da graça. Contradiz toda a jactância humana e derruba toda e qualquer tentativa no sentido de basear sobre a prática da Lei o relacionamento entre Deus e o homem (MICHEL, 2000, p.816-7).¹³

Raymann e Warth (2004, p.120) lembram da importância de se “observar que embora os vários sentidos, a tradução correta de *pistis* não poderá fugir do contexto onde se encontra no *corpus* canônico”. As diferentes referências à fé na Escritura (e o mesmo com arrependimento) não podem ser jogadas umas contra as outras, mas devem ser compreendidas como um todo harmonioso em um corpo de Escritos inspirados pelo mesmo Espírito Santo para transmitir uma mesma e fundamental mensagem. Pois para melhor compreender cada referência aos termos é necessário perguntar pela mensagem fundamental da Escritura e como esta mensagem se revela em cada uma dessas ocorrências dos termos. E essa mensagem central...

[...] é o Evangelho da graça de Deus em Jesus Cristo. O Espírito Santo usa o Evangelho (na Palavra, no Batismo e na Santa Ceia) para nos dar e sustentar a dádiva da fé. No ponto matemático da dádiva da fé somos justificados, ou seja, recebemos o perdão, somos declarados justos, herdamos a vida eterna e nos tornamos participantes de todos os demais efeitos da graça de Deus (a fé se torna um poder do Espírito Santo em nós para nos fazer viver uma vida piedosa) (RAYMANN; WARTH, 2004, p.119).

ARREPENDIMENTO E FÉ NAS CONFISSÕES

O principal elemento no pano de fundo das discussões acerca de arrependimento e fé na Reforma do século XVI é a teologia medieval da Penitência. Maas (1999, p.1-3) elenca *arrependimento* como a terceira principal (re)descoberta (*breakthrough*) de Lutero, logo depois do seu entendimento

13 Note como a ordem é observada em Efésios 2.8, “Porque pela graça vocês são salvos, mediante a fé; e isto não vem de vocês, é dom de Deus” (NAA), e também nas Confissões, “nos tornamos justos diante de Deus pela graça, por causa de Cristo, mediante a fé” (AC IV).

de *justiça de Deus* e de *lei e evangelho*.¹⁴ Esse já é o assunto de Lutero nas primeiras de suas famosas 95 teses de 1517, quando defende que “Ao dizer: ‘Fazei penitência’, etc. [Mt 4.17], nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis fosse penitência”, e que “Esta expressão não pode ser entendida no sentido da Penitência sacramental (isto é, da confissão e satisfação celebrada pelo ministério dos sacerdotes)” (LUTERO, 1987, p.22-3). No suprassumo da discussão acerca desse tema no círculo de Wittenberg, que encontramos nos documentos incluídos nas Confissões Luteranas, Melanctohn¹⁵ e Lutero¹⁶ dedicam longos trechos exclusivamente à polêmica contra a teologia católico-romana da Penitência enquanto contrição, confissão e satisfação.

Três abordagens diferentes podem ser feitas, com base nas Confissões, ao tema *arrepentimento*. Pode referir-se à primeira e grande *μετάνοια*, na qual o ser humano é tornado crente, mais comumente chamada *conversão*. Essa é a abordagem central na Fórmula de Concórdia, Artigo II. Também pode referir-se à vida de *μετάνοια* que segue à conversão, também chamada por vezes na teologia sistemática de *conversão continuada* (NAFZGER, 2017, p.560-1; MUELLER, 2004, p.340-1; PIEPER, 1951, p.466-7). Essa abordagem é o foco na Confissão de Augsburg, Artigo XII.¹⁷ Em ambos os casos, *arrepentimento/conversão* é descrito como compreendendo *contrição*

14 O próprio entendimento confessional de *fé* compreende-se sob o correto entendimento de justiça de Deus (a fé que nos é imputada como justiça é o meio pelo qual recebemos a justificação) e é por meio de *lei e evangelho* que o Espírito Santo trabalha *arrepentimento e fé* no ser humano. Portanto, em última análise, esses não são três, mas um só grande *breakthrough*. Como o próprio Maas conclui, “As três grandes ‘(re)descobertas’ de Lutero – o entendimento acerca da justiça de Deus, de Lei e Evangelho e de Arrepentimento – só podem ser entendidos em relação entre si. E, em última análise, estes só podem ser propriamente entendidos em relação com a pessoa e a obra de Cristo, o Cristo que sozinho sofreu e morreu pelo perdão do pecado, e o Cristo cujos dons são concedidos na sua Santa Absolição”. [Tradução nossa. Texto original: “Luther’s three great ‘breakthroughs’ – the understandings of God’s righteousness, law and gospel, and repentance – can only be understood in relation to one another. And, ultimately, these can be properly understood only in relation to the person and work of Christ, the Christ who alone suffered and died for the forgiveness of sin, and the Christ whose gifts are bestowed in his Holy Absolutions”.] (MAAS, 1999, p.31).

15 Ap XII, 13-27, 98-178.

16 AE, 3ª parte, III, 10-45.

17 Por mais interessante que sejam subtemas relacionados à primeira conversão, como a reconversão de quem cai da fé e as polêmicas para combater toda e qualquer participação humana na conversão, este estudo dará mais atenção à vida de *arrepentimento e fé* que segue à conversão como ela se relaciona à certeza da salvação.

e fé e, em ambos os casos, contrição e fé são descritas como obras exclusivas de Deus Espírito Santo mediante lei e evangelho através dos meios da graça (Palavra oral e sacramental).¹⁸ A terceira abordagem consiste em usar a palavra arrependimento para se referir à contrição (obra de Deus Espírito Santo no ser humano através da lei). Esse parece ser o conceito de arrependimento que Lutero tem em mente ao trabalhar o tema nos Artigos de Esmalcalde, 3ª parte, Artigo III.

O “arrependimento verdadeiro, autêntico”, no sentido amplo do termo, “propriamente outra coisa não é que sentir contrição e pesar ou terror por causa do pecado e todavia crer ao mesmo tempo no evangelho e na absolvição, isto é, crer que o pecado foi perdoado e que por Cristo foi obtida a graça, fé essa que volta a consolar e serenar o coração” (AC XII, 3-5; cf. FC DS V, 7; Cm V, 16). Estas duas, contrição e fé, “são as duas obras principais de Deus no homem” (Ap XII, 53), e ambas são operadas pelo Espírito Santo sem cooperação humana. Melancthon concede que, “Se alguém quiser adicionar uma terceira, a saber, dignos frutos do arrependimento, isto é, transformação de toda a vida e dos costumes para melhor, não nos oporemos” (Ap XII, 28; cf. 45, 170, 174). Mas “antes de cumprir a lei importa que aceitemos, pela fé, a promessa da remissão dos pecados, embora, conforme foi dito acima, o amor siga à fé, porque os renascidos recebem o Espírito Santo, começando, por isso a cumprir a lei” (Ap XII, 82). No entanto, nem a contrição que precede nem os frutos dignos de arrependimento que sucedem devem ser vistos como causa ou como meio por que recebemos salvação, pois “por causa de Cristo, estamos reconciliados com o Pai, não em virtude de nossa contrição ou amor”, e também “confessamos serem os homens justificados pela fé, não pelo amor” (Ap XII, 76-7). É certo que “verdadeira contrição precede e verdadeira fé existe em verdadeiro arrependimento ou com ele” (FC DS III, 26), mas “é preciso que se atente muito bem, com especial diligência, nisso de evitar que aquilo que precede a fé e o que a ela se segue seja misturado ao artigo da justificação ou nele inserido” (FC DS III, 24).

Arrependimento no seu sentido restrito é contrição (FC DS V, 8-9). A contrição é obra do Espírito Santo através da lei (Ap XII, 29-34; AE, 3ª parte, III, 1-6). Lutero chama a contrição operada pela lei de “*passiva contritio*, a verdadeira dor de coração, o sofrer e sentir a morte” (AE, 3ª parte, III, 2). Ela

¹⁸ “E, assim, o Espírito Santo (que opera tudo isso) é introduzido no coração” (FC DS II, 48-54).

é passiva não no sentido de que nada esteja acontecendo que o ser humano experimente, mas no sentido de que o ser humano unicamente sofre a ação e não coopera para desencadeá-la em si mesmo. Mas a contrição sozinha não salva (FC DS V, 9). Onde “a lei exerce este seu ofício sozinho, sem o acrescentamento do evangelho”, pelo qual o Espírito Santo opera a fé, “ai estão a morte e o inferno” (AE, 3ª parte, III, 7). A fé é a diferença entre a contrição de Saul ou Judas para a de Davi e de Pedro (Ap XII, 8, 36). A fé é obra do evangelho,¹⁹ jamais da lei. Assim como o arrependimento/contrição é obra da lei, jamais do evangelho. É rejeitado e considerado “falso e pernicioso o ensino de que o evangelho, propriamente, é pregação de arrependimento ou reprovação, e não exclusivamente proclamação da graça” (FC Ep. V, 11).

A fé é “uma espécie de dom de Deus por meio de que reconhecemos retamente a Cristo nosso Salvador, na palavra do evangelho e nele confiamos que somente por causa de sua obediência temos, de graça, perdão dos pecados, somos considerados santos e justos por Deus e somos eternamente salvos” (FC Ep. III, 6; cf. FC DS III, 11). A fé que justifica “é assentir à promessa de Deus, na qual se oferece, gratuitamente, remissão de pecados e justificação, por causa de Cristo” (Ap IV, 48). Como não se pode receber a promessa exceto pela fé, promessa e fé estão correlativamente interligadas. Onde há promessa deve haver fé, e onde se requer fé, aí também deve haver promessa.²⁰ “Mas a promessa é recebida somente pela fé” (Ap XII, 80). “Já que isso precisa ser crido, não podendo ser alcançado ou apreendido por nenhuma obra, lei ou mérito, segue-se que é claro e certo que é somente esta fé que nos torna justos” (AE, 2ª parte, I, 4). A fé “apreende a absolvição e consola a consciência” (Ap XII, 12). É chamada “fé especial” a fé por meio da qual “cada um crê serem-lhe perdoados os pecados” (Ap XII, 59), em contraponto à mera fé geral ou histórica (simplesmente acreditar que Deus existe, que os fatos aconteceram ou que a Bíblia é verdadeira), a qual mesmo os descrentes e os demônios podem ter e não são por ela salvos.²¹ Portanto, “somente a fé é o meio e o instrumento com que apreendemos a Cristo e, assim, em Cristo, aquela ‘justiça que vale diante de Deus’. E, por causa de Cristo, essa fé nos é atribuída como justiça’ Rm 4” (FC Ep., III, 5; cf. FC DS III, 10).

19 Ap XII, 36-7; AE, 3ª parte, III, 7-8; cf. FC Ep. V, 5, 7.

20 Ap IV, 50; cf. nota 90 (LIVRO DE CONCÓRDIA, 2006, p.117).

21 Ap XII, 60, cf. FC Ep. III, 6.

Essa fé não pode ser alcançada pelo indivíduo, mas precisa ser operada nele pelo Espírito Santo. “Creio que por minha própria razão ou força não posso crer em Jesus Cristo, meu Senhor, nem vir a ele. Mas o Espírito Santo me chamou pelo Evangelho, iluminou com seus dons, santificou e conservou na verdadeira fé” (Cm, II, 6). O indivíduo deve ouvir a Palavra de Deus, mas não lhe pode “dar crédito nem aceitá-la por suas próprias forças, mas, exclusivamente, por intermédio da graça e operação do Espírito Santo”.²² Mas “Deus a ninguém dá o seu Espírito ou a graça a não ser por intermédio da palavra exterior precedente ou com ela” (AE, 3ª parte, VIII, 3, cf. 10-13; FC, Ep. II, 4-6). Razão pela qual a Palavra e os sacramentos são tidos em alta conta. Visto ser a fé concebida da palavra, “distinguimos ao máximo o ministério da palavra” (Ap IV, 73). Isso foi magistralmente colocado em poucas palavras por Melanchthon:

Para conseguirmos essa fé, institui Deus o ofício da pregação, dando-nos o evangelho e os sacramentos, pelos quais, como por meios, dá o Espírito Santo, que opera a fé, onde e quando lhe apraz, naqueles que ouvem o evangelho, o qual ensina que temos, pelos méritos de Cristo, não pelos nossos, um Deus gracioso, se o cremos (AC V).

Assim também “apenas o Espírito de Deus, por intermédio da fé, preserva a fé e a salvação em nós” (FC Ep. IV, 15, cf. DS II, 16).²³ A ação do Espírito Santo pelos meios da graça (Palavra e sacramentos) não só é a maneira como chegamos à fé, mas também como somos preservados nela, como confessava Lutero: “o Espírito Santo me chamou pelo Evangelho, iluminou com seus dons, santificou e conservou na verdadeira fé” (Cm, II, 6; ênfase nossa).

A fé não salva devido à nossa performance do ato de crer, mas a causa da nossa salvação é o objeto que é crido. “Pois a fé justifica ou salva não por isso que seja obra de si mesmo digna, mas tão somente porque aceita a misericórdia prometida” (Ap. IV, 56; cf. FC DS III, 13). Se a razão pela qual a fé salva fosse a performance do ato de crer em si, isso tornaria a fé

²² FC Ep., II, 19; cf. FC DS, II, 9: “quando leem ou ouvem que o evangelho do Filho de Deus e a promessa da salvação eterna, ainda assim não podem, com suas próprias forças, perceber, apreender, compreendê-lo, nem crê-lo ou tê-lo por verdadeiro... antes de serem iluminados pelo Espírito Santo”.

²³ FC Ep. IV, 15, cf. DS II, 16.

em obra meritória. O resultado de tal fé na fé é a privação da consoladora certeza da salvação. “Outros, de coração infirme, podem cair em pensamentos angustiosos e em dúvida sobre se Deus os escolheu e se também neles quer operar seus dons pelo Espírito Santo, já que não sentem fé vigorosa, ardente e obediência de coração, mas apenas fraqueza, medo e miséria” (FC DS II, 47). Mas “Deus nos perdoa os pecados por mera graça, sem qualquer obra, mérito ou dignidade nossa precedente, presente ou conseqüente” (FC Ep. III, 4; cf. FC DS III, 9). A fé não é a causa da nossa justificação, mas o meio pelo qual a justiça conquistada objetivamente por Cristo é subjetivamente aplicada a nós e tornada nossa mediante a fé.²⁴

De igual modo, os nossos pecados não nos são perdoados por causa do nosso performar o ato de nos arrependermos deles, pois “a fé também não confia na contrição nem no amor ou em outras virtudes, mas tão-somente em Cristo” (FC DS III, 30). A crítica encontrada nos documentos confessionais referente à enumeração de pecados na confissão destaca o fato de isso roubar a certeza do perdão ao fazer o perdão depender de o pecado ter sido confessado ou não.²⁵ A mesma paz de consciência é sacrificada naqueles que temem seu destino eterno caso morram repentinamente sem terem tido “tempo de se arrepender de seus últimos pecados”. Lutero ainda chama a atenção para o fato de que a noção de que devemos enumerar/nos arrepender de pecados individuais provém de uma confusão acerca do artigo sobre o pecado original.²⁶ Pessoas são levadas a acreditar que ao se arrepender de um pecado específico, aquele pecado pelo qual fez contrição lhe é perdoado, quando na verdade os pecados atuais apontam para a realidade do pecado original em que o ser humano vive e, assim, o leva à contrição.²⁷

24 Apesar de a linguagem sistemática acerca da “justificação objetiva” e da “justificação subjetiva” ter sido desenvolvida posteriormente (MUELLER, 2004, p.353-4; PIEPER, 1951, p.503-6), o conceito é claramente estabelecido nas Confissões, por exemplo, em FC DS III, 13-14: “Pois o mesmo [o mérito de Cristo na promessa do santo evangelho] tem de ser aplicado a nós e tornado nosso mediante a fé, se por ele devemos ser justificados. De sorte que a justiça, que diante de Deus é atribuída à fé ou aos crentes por mera graça, é a obediência, o sofrimento e a ressurreição de Cristo, já que ela satisfaz a lei por nós e pagou pelos nossos pecados”.

25 “Sabe a Igreja toda pela Europa universal que laços atirou sobre as consciências aquele item da constituição que ordena se confessem todos os pecados” (Ap XI, 7) “...pensamos [da tradição de enumerar pecados] da mesma forma como a respeito de outras tradições humanas, que não são atos culturais necessários para a justificação” (Ap XI, 8; cf. 110-1, 113-4; AE, 3ª parte, III, 19; VIII, 2).

26 AE, 3ª parte, III, 10.

27 AE, 3ª parte, III, 33-37.

Contudo ainda não é essa contrição a causa da nossa salvação. A contrição operada pela lei sozinha só conduz à morte e inferno (AE, 3ª parte, III, 7). Ela é obra estranha que Deus faz quando terroriza com vistas a preparar o caminho para a obra própria de Deus, que é vivificar e consolar pelo evangelho.²⁸ Esses dois componentes do arrependimento são necessários na vida também do regenerado devido ser *simul justus et peccator*.²⁹ “Deus terroriza a fim de que haja lugar para consolo e vivificação, porque corações seguros, e que não sentem a ira de Deus, enfastiam-se da consolação” (Ap XII, 51).

Se o nosso ato de crer ou o nosso ato de nos arrependermos fosse a razão pela qual nossos pecados são perdoados, eles se constituiriam em obra meritória e satisfação pelos nossos pecados, que é outra grande crítica encontrada nas Confissões à teologia penitencial de seu tempo. Mas para satisfação pelos nossos pecados “Deus tem outro preço, a saber, a morte de seu Filho”, “a morte de Cristo é satisfação pela morte eterna” (Ap XII, 147, 160). Se a satisfação pelos nossos pecados dependesse de qualquer colaboração nossa, ela se tornaria coisa incerta e furtaria a paz da certeza da salvação. “Mas crer é isto: confiar nos méritos de Cristo, que, por causa dele, Deus, certamente, quer reconciliar-se conosco” (Ap IV, 69). “Dessa forma, outrossim, não pode ser incerta a satisfação, porquanto não é nossa obra incerta e pecaminosa, porém, a paixão e o sangue do inocente ‘cordeirinho de Deus, que carrega o pecado do mundo’” (AE, 3ª parte, III, 38).

Nada disso é negar que o crente possua ativamente as virtudes do arrependimento sincero pelos seus pecados, da fé e da fidelidade a Cristo e do amor a Deus e ao próximo, que são obras que o Espírito Santo opera no regenerado.³⁰ “E essa fé cresce pouco a pouco, e, durante a vida toda, luta contra o pecado, a fim de vencer o pecado e a morte” (Ap XII, 37). Conforme a clássica citação de Lutero:

28 Ap XII, 51; cf. FC Ep. V, 10; FC DS V, 11-15.

29 “E esse arrependimento perdura nos cristãos até a morte, pois que briga com o pecado que remanesce na carne ao longo da vida toda, como S. Paulo testifica em Rm 7 que guerreia contra a lei de seus membros, etc. E isso não o faz mediante forças próprias, senão pelo dom do Espírito Santo, dom que se segue ao perdão dos pecados. Esse dom purifica e varre diariamente os pecados remanentes e opera no sentido de tornar o homem bem puro e santo” (AE, 3ª parte, III, 40). Cf. AE, 3ª parte, III, 43; FC DS II, 63-64.

30 FC Ep., II, 17: “... diz-se, acertadamente, que, na conversão, Deus, por intermédio da ação do Espírito Santo, transforma homens recalcitrantes e não-volentes e que, depois dessa conversão, em exercícios diários de arrependimento, a vontade renascida do homem não é ociosa, mas coopera em todas as obras do Espírito Santo, que ele realiza através de nós”.

Assim, a fé é obra divina em nós, que nos transforma e novamente nos gera de Deus, e mata o velho homem, torna-nos homens completamente diferentes no coração, ânimo, mente e todas as forças, e traz consigo o Espírito Santo. Oh! a fé é coisa viva, diligente, ativa, poderosa, de tal sorte que lhe é impossível deixar de operar incessantemente o bem. Nem pergunta ela se boas obras devem ser praticadas, mas antes que se pergunte, as praticou, e sempre está em ação. Aquele, porém, que não faz tais obras é homem sem fé, tateia e olha ao redor de si, buscando a fé e as boas obras, e não sabe nem o que vem a ser fé nem o que são boas obras, contudo, palra e tagarela com muitas palavras sobre fé e boas obras. A fé é confiança viva e decidida na graça de Deus, tão certa que por ela morreria mil vezes. E essa confiança e conhecimento da graça de Deus torna alegre, intrépido e animado para com Deus e todas as criaturas. O Espírito Santo é quem faz isso pela fé e, por isso, o homem se torna, sem coerção, disposto e deseioso de fazer o bem a todos, servir a todos e sofrer toda sorte de coisas por amor a Deus e para sua glória, o qual lhe concedeu essa graça. É impossível, assim, separar as obras da fé, tão impossível como separar do fogo o queimar e iluminar (FC DS IV, 10-12).

Mas a questão aqui é acerca de onde reside a certeza de nossa salvação, e não é nem na fé enquanto ato, nem em qualquer coisa que seja precedente, concomitante ou subsequente à fé, porém unicamente no objeto dessa fé.

[...] não obstante, o fato de muitas fragilidades e defeitos se apearem aos crentes genuínos e verdadeiramente renascidos, até a sepultura, ainda assim, não devem, por causa disso, duvidar nem de sua justiça, que lhes foi atribuída pela fé, nem da salvação de suas almas, porém, devem considerar coisa certa que, por causa de Cristo, segundo a promessa e a palavra do santo evangelho, têm um Deus gracioso (FC Ep., III, 9).

EM BUSCA DE UM ENSINO E UMA PREGAÇÃO BÍBLICA E CONFSSIONALMENTE FIÉIS

C. F. W. Walther (2005, p.220ss), em suas clássicas preleções sobre a correta distinção entre lei e evangelho, já advertiu que “a Palavra de Deus não é aplicada corretamente quando o pregador descreve a contrição, ao lado da fé, como sendo a causa do perdão dos pecados”. Quando contrição/arre-

pendimento e fé são vistos como *causa* do perdão dos pecados e da salvação, elas são tornadas em obras meritórias e só podem levar em duas direções: hipocrisia ou desespero. Tem-se um testemunho claro das Confissões que expõe de forma sólida e pura o que as Escrituras falam acerca de arrependimento e fé e que excluem categoricamente qualquer ideia de obra meritória. Ainda assim,

A “Reforma Protestante” nem sempre usou devidamente o seu *slogan* “O justo viverá por fé”, pois não faltou quem pensasse a fé como “causa” (como boa obra do cristão) da sua justificação, quando apenas é “meio” pelo qual o Espírito Santo nos relaciona com a obra de fidelidade de Jesus Cristo para nos justificar (RAYMANN; WARTH, 2004, p.126).

A fonte desta confusão pode estar num ensino insuficientemente claro,³¹ na pregação,³² na *opinio legis* inata do ser humano pecador,³³ ou, mais provavelmente, numa combinação dos três. O principal foco dos parágrafos

31 Cf., por exemplo, comentário de Wengert (2017, p.57-8): “Mas, por favor, entenda o que fé é. Não é apenas conhecimento dos fatos. (Quantas vezes, involuntariamente, não damos a entender às crianças na instrução de confirmandos que somos justificados por resposta correta somente!) ‘No entanto, ela é um dom de Deus.’ Se a fé não for entendida como um dom, então vamos acabar confiando em nós mesmos, não em Cristo”. [Tradução nossa. Texto original: “But please understand what faith is. It is not just knowledge of the facts. (How often do we not unintentionally convey to children in confirmation instruction that we are justified by right answer alone!) ‘It is instead a gift of God.’ If faith is not understood as a gift, then we will end up trusting ourselves, not Christ”.]

32 Cf., por exemplo, FORDE (1990, p.137): “Essa é, tanto quanto posso ver de ouvir sermões, uma das mais persistentes tentações. Se prega uma descrição da fé, ou uma experiência da fé, ou a natureza da vida cristã, ou atualmente, espiritualidade, em um tom comovente e até momentaneamente inspirador, mas que vezes demais tem pouco ou nada a ver com realidade”. [It is, as far as I can see from listening to sermons, one of the most persistent temptations. One preaches a description of faith, or the experience of faith, or the nature of the Christian life, or currently, spirituality, in tones stirring and even momentarily inspiring, but which all too often have little or nothing to do with actuality”.]

33 “Todos os cristãos veem-se constantemente ameaçados de pretensa justiça própria, visto a *opinio legis* lhes ser, por natureza, inerente à natureza pecaminosa” (MUELLER, 2004, p.430-1). “Como Lutero aduz, seres humanos raciocinam, ‘Seguramente fé não é o suficiente; você *tem que* fazer obras!’ Isso é porque, na queda e depois da queda, os seres humanos julgam ser a fé insuficiente para nossa vida com Deus ou com os deuses que formamos à nossa própria imagem, ao nosso próprio gosto”. [Tradução nossa. Texto original: “As Luther puts it, human beings reason, ‘Surely faith is not enough; you *must* do works!’ This is because in the fall and after the fall, human beings deem faith to be insufficient for our life with God or with the gods that we have shaped in our own image, to our own liking” (ARAND; KOLB, 2008, p.78).

que seguem é a busca por uma linguagem adequada para ensinar sobre arrependimento e fé que seja bíblica e confessionalmente fiel, mas não encerramos sem mencionar alguma coisa sobre pregar arrependimento e fé. Pois uma coisa é ensinar a respeito destes; outra é pregá-los.

Walther (2005, p.221) afirmava “que é confusão de Lei e Evangelho ensinar que a contrição é causa do perdão dos pecados” e que não achava “provável que alguém que se denomina pregador luterano alguma vez diga abertamente que contrição é a causa do perdão dos pecados”. De fato, “a contrição não é causa do perdão dos pecados. A contrição é necessária não por causa do perdão dos pecados, mas por causa da fé, que apreende o perdão dos pecados”. “Ainda assim, não raras vezes, acontece que pregadores que se dizem verdadeiramente luteranos confundem Lei e Evangelho pela maneira como descrevem a contrição.” As consequências dessa confusão são, por um lado, autoconfiança e, por outro, incerteza da salvação.

Segundo Preus (2013, p.109), a incerteza da salvação devido à falsa noção de que o arrependimento (contrição) é causa da salvação, talvez não esteja em nenhuma situação mais evidente do que em casos de suicídio de cristãos, quando é frequente o comentário, “Ele realmente teve tempo de se arrepender?”. A conclusão é que, devido a esse último pecado ter colocado fim à sua vida, cronologicamente não lhe foi possível se arrepender e, por essa razão, ele tem que estar no inferno. Semelhantemente, muitas pessoas também têm sérios escrúpulos para falar da salvação de um cristão que morreu pouco tempo depois de cometer um pecado trágico, pensando que, se o fizermos, estaremos diminuindo a importância do arrependimento. Mas, se o tempo para se arrepender fosse o fator-chave para a salvação, então todos nós estaríamos em sérios problemas. Como pecadores todos nós pecamos constantemente.³⁴ Precisamente por isso, alguns cristãos se sentem atormentados pela possibilidade de morrerem repentinamente sem terem tido tempo para se arrepender de seus últimos pecados.

No entanto, nossos pecados não são perdoados por causa do nosso arrependimento (isso tornaria arrependimento em satisfação, que só Cristo faz), mas por causa da graça de Deus em Cristo Jesus. Esse erro equivale a,

34 O argumento de Preus não é o de que todos os suicidas estão salvos, mas o de que, se um suicida está condenado, é devido à sua incredulidade, não devido ao pecado do suicídio. Vai além do escopo deste artigo responder às questões relativas ao suicídio de crentes. Mas o livro de Preus aqui citado traz essa discussão bem fundamentada de uma perspectiva bíblica e confessional.

por um lado, tornar uma obra humana merecedora de algo que unicamente a obra de Cristo mereceu para a humanidade e que é recebida pela fé. E não se deve “misturar fé e obras. É claro que vamos sentir por causa dos nossos pecados, mas isso não merece graça para nós (não importa quantas lágrimas de crocodilo derramemos)” (WENGERT, 2017, p.59 – tradução nossa). Por outro lado, isso não deixa de ser uma nova roupagem do erro papista criticado pelos reformadores de uma teologia penitencial em que perdão dos pecados era dependente de satisfação (mesmo que tenhamos reduzido essa satisfação a mero arrependimento cognitivo consciente). Sobre isso Melancthon é categórico na Apologia, “o ministério da absolvição é benefício ou graça”, razão pela qual os ministros da Palavra “absolvem dos [pecados] que não recordamos”, pois “a absolvição, a qual é a voz do evangelho que remite pecados e consola consciências, não requer o conhecimento” (Ap. XII, 103-5). Maas também traz as palavras de Lutero, de uma pregação sobre Lucas 24, de 1523, onde ensina:

A morte e a ressurreição de Cristo derrotaram pecado e morte assim que o cristão agora é colocado em um estado “onde há perdão que nunca termina”, onde “Deus não apenas perdoa pecados anteriores que você cometeu, mas olha por entre seus dedos e perdoa os pecados que você ainda cometerá” (MAAS, 1999, p.27-8 – tradução nossa).

Em contrapartida, essa compreensão equivocada, de que os pecados são perdoados por causa da performance do arrependimento como uma obra, também pode levar à autoconfiança e, até mesmo, à licenciosidade. Walther (2005, p.221) adverte que pregadores temerosos de levar alguém ao desespero com a lei podem acabar transmitindo a ideia de que “o indivíduo será aceito por Deus desde que manifeste disposição para estar contrito. Quem apresenta esse falso conforto, na verdade, faz da contrição a causa do perdão dos pecados”. Essa ideia, que na verdade é uma nova roupagem do falso ensino católico-romano medieval de que, onde não houver *contritio*, a *atritio* conta como *contritio*, e que já foi criticada por Lutero nos Artigos de Esmalcalde,³⁵ por mais que nos pareça ultrapassada, na verdade está muito presente no pensamento de pessoas que dizem coisas como, “não importa

35 AE, 3ª parte, III, 16-7.

que você tenha cometido ou viva em tamanho pecado, Deus perdoa”. Com base nisso, pode se justificar viver permanentemente em qualquer tipo de pecado, com o falso consolo de que, seja lá o que for, Deus vai perdoar. Não é esse o argumento que alguns usam, por exemplo, para justificar fornicção, coabitação e homossexualidade? Mas,

Antes de cometermos o pecado, não podemos tolerar o ato pecaminoso supondo que Jesus vai perdoar. “Continuaremos no pecado para que a graça aumente ainda mais?” pergunta o apóstolo. “De modo nenhum! Como viveremos ainda no pecado, nós, que já morremos para ele?” (Rm 6.1,2). No entanto, depois de pecarmos por fraqueza da carne, nós podemos crer que somos perdoados. Tendo sido humilhados pela lei de Deus e pelo conhecimento do nosso pecado, podemos receber o conforto que Cristo dá em seu evangelho (PREUS, 2013, p.108 – tradução nossa).

A outra “obra meritória” de que nem os luteranos muitas vezes conseguem se livrar é a fé. Em outra de suas teses sobre a correta distinção entre lei e evangelho, Walther (2005, p.237ss) adverte que “a Palavra de Deus não é aplicada corretamente quando se requer fé como condição necessária para a justificação e salvação, como se o ser humano fosse justificado, não somente através da fé, mas também devido à fé, por causa da fé e à vista da fé”. A fé não pode ser a causa da justificação do pecador, pois a mensagem do evangelho é precisamente a de um perdão incondicional da parte de Deus por causa da obra de seu Filho. O pecador não é justificado por causa de sua fé, mas por causa da graça de Deus e da satisfação vicária de Cristo. Todas as obras meritórias além das performadas por Cristo têm que ser excluídas do artigo da justificação. A fé não deve ser pensada como tendo qualquer valor intrínseco para a justificação. A fé é um dom da graça de Deus, o que, por definição, exclui qualquer ideia de mérito.³⁶ “Por isso era necessário acrescentar que era “*per fidem*” (meio), não “*propter fidem*” (causa)” (RAYMANN; WARTH, 2004, p.126). “Quando a fé é apresentada como atividade do homem é dada a impressão de que ele tem que contribuir alguma coisa para sua salvação – uma forma de justiça das obras” (MUELLER, 1981, p.32 – tradução nossa). A falsa crença de que a fé salva por causa da realização de uma obra chamada “crer”, pode levar o crente a se questionar se sua performance da obra foi

36 CONFESSING THE FAITH, 2017, p.573.

suficiente ou adequada e, nos momentos de tentação, o crente questionaria sua própria salvação. Mas a “fé não é uma obra que o crente realiza. A fé simplesmente deixa Deus ser Deus. Ela não *dá* a Deus. Ela *recebe* de Deus. Entender fé desta maneira é o que lhe permite como crente estar certo de que está indo para o céu” (PREUS, 2013, p.42 – tradução nossa).

Não se nega com isso que o crente exerça uma atividade chamada “crer”, que a fé envolva a mente, o coração e a vontade do crente. A fé é um ato da vontade no sentido de que deseja os tesouros do evangelho e com confiança os aplica para si. Mas a fé é passiva no sentido de que a causa eficiente de se desejar a Cristo e a ele acorrer é exclusivamente o Espírito Santo, e não qualquer poder ou atividade humana. O crente realiza o ato de crer, não como obra meritória, mas como a atividade em que ele se apega a Cristo e recebe, pela fé, a graça e o mérito de Cristo.³⁷ “A fé não salva devido à sua natureza, aos seus atributos ou à sua força... A fé salva unicamente por causa do que ela possui, Cristo e o seu perdão” (PREUS, 2013, p.34 – tradução nossa). Razão pela qual teólogos luteranos clássicos cunharam axiomas tais como, “A fé justifica não na categoria de qualidade, mas na categoria de relação”; “A fé justifica não como uma obra, mas como um instrumento”; e “A fé justifica não como um ato em si, mas por causa do objeto que ela apreende” (QUENSTEDT apud PIEPER, 1951, p.438).

Pelo fato de a fé justificar em virtude do seu objeto, há que se atentar para o perigo da “fé na fé”. O objeto da fé jamais deve ser a própria fé. Os crentes jamais devem basear a sua fé na própria fé. Ela deve se basear somente no evangelho e nunca em qualquer virtude na pessoa (MUELLER, 2004, p.431). Preus (2013, p.58) destaca que é tanto perigoso quanto insensato ter fé na própria fé, ou seja, fé na sua habilidade de crer em Jesus Cristo e se manter fiel a ele. Esse foi o problema de Pedro. Ele confiava tanto na sua fé a ponto de fazer-se depender de sua própria força de vontade de se manter fiel à sua confissão, em vez de depender de Cristo, para sustentar a sua fé. E o objeto de sua fé o abandonou antes do cantar do galo. Fé na fé, no fim das contas, é fé em si mesmo. “A verdadeira fé não é crer em si mesmo ou ter fé na própria fé. Ela crê em Cristo... O cristão é salvo porque apreende pela fé o dom de Deus do perdão e da vida eterna” (PREUS, 2013, p.60 – tradução nossa). Uma vez que a fé salva devido ao seu objeto, essa fé na fé ou em si

37 CONFESSING THE GOSPEL, 2017, 565 e 573.

mesmo sempre será uma fé que não pode salvar, pois ninguém pode salvar a si mesmo. Em última análise, o maior perigo da fé no objeto errado é que ela é uma fé que não salva.

Mas como falar a respeito da fé de forma bíblica e confessionalmente fiel sem dar a entender que ela é obra meritória ou causa da salvação? Dois caminhos se destacam. Um é usar a linguagem do “relacionamento”. Outro é usar a linguagem do “estado”.

Um dos axiomas de Quenstedt supracitados é que “A fé justifica não na categoria de qualidade, mas na categoria de relação” (QUENSTEDT apud PIEPER, 1951, p.438). Nessa descrição relacional, o aspecto da fé como confiança é o mais enfatizado. Arand e Kolb (2008, p.38), a partir dos estudos em Lutero e nos reformadores do século XVI, afirmam que “a fé se encontra no cerne da existência humana”, e que “a confiança responde à promessa de Deus e define o ser humano” (KOLB, 2016, p.65). Até mesmo a psicologia moderna, particularmente a obra de Erik Erikson, demonstrou o papel da confiança como elemento fundamental da personalidade humana (KOLB, 2016, p.65).³⁸ A questão não é se o ser humano tem fé, pois isso é intrínseco à sua própria natureza como criatura. A questão é em que ou quem o ser humano vai depositar essa confiança (ARAND & KOLB, 2008, p.78-9).

“Crer”, no AT, sempre é usado no contexto de uma relação pessoal. A fé e a confiança em Deus implicam um relacionamento que Deus inicia e no qual entra com os seres humanos. Quando uma promessa divina está envolvida, “crer” expressa o reconhecimento da promessa e do poder de Deus para cumpri-la (NAFZGER, 2017, p.562). De forma análoga, o termo justificar/justiça no AT implica o relacionamento entre dois indivíduos e está intimamente ligado com misericórdia, verdade, fidelidade e salvação (NAFZGER, 2017, p.569-70). Lutero, como bom estudioso do AT, percebeu o aspecto relacional da confiança intrínseco à fé cristã. “Toda a Escritura convenceu Lutero de que confiança de fato sustenta a vida e provê fundamento para as atitudes e ações humanas. Fundamental para a auto revelação de Deus é sua fidelidade, sua

38 Exaustivamente trabalhado por Steele em “A Theological Dialogue with and Evaluation of Erik H. Erikson’s Theory of Identity Development in Light of Pauline Baptismal Theology in Romans and Some Implications for Pastoral Care”: “... a dissertação, enquanto notando a aparente similaridade entre Paulo e Erikson, a saber, que confiança (fé) é fundamental para identidade, demonstra que o fundamento da identidade cristã é conferido por Deus no Batismo. A identidade fundamental do cristão está na justiça da fé dada no evangelho” (STEELE, 2017, p.3 – tradução nossa).

confiabilidade. A confiança humana reflete a fidelidade de Deus (KOLB, 2016, p.65 – tradução nossa). “A pessoa que faz a promessa é chave para a criação da confiança na promessa” (KOLB, 2016, p.57 – tradução nossa).

E esse aspecto não está confinado ao AT, pois, como Michel (2000) nos lembra, o sentido de יָדָבַר foi englobado em πίστις no NT (MICHEL, DIT NT, Vol.1, p.813). James Dunn aponta para isso quando afirma que a forma particularmente cristã de πίστις é “confiança em”: “a contrapartida da fidelidade de Deus não é a *fidelidade* do homem... mas *fé*, a sua confiança totalmente depositada em Deus (DUNN apud MIDDENDORF, 2013, p.103 – tradução nossa)”. Essa fé ou confiança “é a contrapartida da promessa de que a Palavra de Deus permanece para sempre (Is 40.8)... Essa confiança é a resposta passiva à atividade da Palavra de Deus (KOLB, 2016, p.66 – tradução nossa)”. Kolb descreve esse relacionamento dizendo que a promessa comunicada em suas formas oral, escrita e sacramental “cria, constrói, nutre e alimenta confiança no fiel e cultiva o relacionamento entre o filho de Deus e o Pai Criador (KOLB, 2016, p.65 – tradução nossa)”. E essa palavra da promessa é a fonte tanto da confiança quanto dos frutos que a acompanham.

A graça de Deus cria confiança... Deus constrói (Lutero usou a metáfora de um construtor) fé em Cristo através de sua Palavra, que se apega ao conhecimento de que “Deus ama a mim”... A proclamação da promessa cria e continuamente fortalece a fé; como resultado de ouvir a promessa, pecadores adentram na morte de Cristo, onde seus pecados ficam, enquanto aquela proclamação os ressuscita como suas novas criaturas... Da promessa e da confiança que essa promessa produz brotam os frutos da fé, a nova obediência do crente, incluindo ouvir a Palavra de Deus (KOLB, 2016, p.67 – tradução nossa).

Outro possível caminho é usar a linguagem da fé como um “estado”. Mueller inclusive escreveu dois artigos para o *Concordia Theological Quarterly*³⁹ argumentando que os verbos “arrepender” e “crer” nos textos originais das Escrituras (especialmente no grego) eram verbos estativos e não de ação. Isso significaria que o sujeito destes verbos era o que experienciava a ação por eles descrita, não seu agente (algo como os verbos estativos em

39 MUELLER, 1981, p.29-35. MUELLER, Theodore. Linguistic Nonsense About Faith. *Concordia Theological Quarterly*, v.48 (January 1984), n.1, p.61-65.

hebraico). Isso não parece muito provável, uma vez que os verbos de fato implicam muitas vezes que o crente é o agente dos verbos “arrepender” e “crer”. Uma melhor forma de colocar seria como Middendorf faz ao explicar como Paulo usa os vocábulos da família πίστις. Ele afirma que, apesar de ativos na forma, Paulo frequentemente os usa em um sentido receptivo. Paulo afirma que a fé vem pelo ouvir (Rm 10.17), e ouvir é passivo. De fato, se você está em um lugar onde a Palavra do evangelho é anunciada, você teria que tomar uma atitude para não ouvir. Para Paulo, o oposto de fé não é tanto “descrença” quanto “obras”, mais especificamente, “as obras da lei”, as quais se referem a algo feito *para Deus*. Mas a fé é o meio pelo qual recebemos passivamente o dom da salvação. A direção da ação é *de Deus* para nós (MIDDENDORF, 2013, p.89-90).⁴⁰

Apesar de aparentemente não encontrar fundamentação linguística, a sugestão de Mueller⁴¹ funciona muito bem teologicamente. Crer, bem como arrepender-se, são algo como os verbos estativos hebraicos.⁴² Considere, por exemplo, o verbo פִּיַּן, “ser forte”. O sujeito deste verbo é descrito não como agente de uma ação, mas como experienciando a condição ou o estado de *ser forte*. Como tal, é natural que o sujeito exerça força (uma vez que é forte). Analogamente, o crente se encontra na condição ou estado de arrependimento e fé. Como tal, é natural que ele realize as ações de arrepender-se (sentir contrição pelos seus pecados) e crer. O ponto é que se é salvo não por causa das ações que o crente naturalmente realiza por estar nessa condição, mas porque se encontra neste estado. E, diferente de ser forte, não há academia para se alcançar esse estado. É resultado exclusivo da ação do Espírito Santo através dos meios da graça. Raymann e Warth citam Adolf Deissmann usando essa linguagem quando diz que “a fé não é pré-condição para a justificação, mas é a experiência da justificação” (DEISSMANN apud RAYMANN; WARTH, 2004, p.126). Forde (1990, p.137 – tradução nossa) também usa essa linguagem quando diz que “Fé é o estado de ser capturado e mantido cativo no Espírito pela proclamação do que Deus fez em Jesus. A vida de fé é a arte de viver nessa luz”.

40 Cf. MUELLER, 1981, p.34: “Crer é o oposto de fazer” – “Believing is opposite of doing”; e MUELLER, 1984, p.62: “Na Escritura, fé é a antítese de obras, de fazer!” (tradução nossa).

41 Vide nota 52.

42 Verbos estativos “em geral descrevem o ‘estado’ ou condição do sujeito ao invés de uma ação. Muitas vezes são mais bem traduzidos como adjetivos do que como verbos” (BARTELT, 2006, p.47).

Com essa linguagem não se está dizendo nada de novo. Os sistemáticos luteranos já afirmam que a justificação pela fé transfere os crentes para dentro de um “estado de graça”, e com essa expressão sugerem que a justificação não é um ato isolado, mas um relacionamento continuado no qual Deus constantemente demonstra seu inabalável amor e fidelidade, embora continuem sendo pecadores (NAFZGER, 2017, p.574). Chamar esse “estado de graça” de “estado de fé” também não é inovação. Pieper (1951, p.406-9), ao discutir esse mesmo assunto, usa intercambiavelmente “estado de graça”, “estado de paz”, “estado de fé” e “estado de filiação divina”.

Outra forma através da qual a teologia classicamente já se refere a respeito do “estado de fé” foi através da distinção entre *fides directa* e *fides reflexa* (NAFZER, 2017, p.563, 567-8; MUELLER, 2004, p.320-2; PIEPER, 1951, p.443-5, 448-9). *Fides directa* se refere à confiança que apreende as promessas de graça da parte de Deus oferecidas no evangelho. A *fides reflexa* é encontrada naqueles que, ao refletir sobre os efeitos e frutos da fé, estão conscientes da existência de sua fé. Contudo existem vários casos em que os crentes não estão conscientes do seu estado de fé ou meditando sobre os seus atos de fé, como quando estão dormindo ou absortos em suas ocupações diárias. Em todos esses casos, a *fides directa* (a fé salvadora que apreende a graça de Deus) existe, embora o crente não esteja pensando nela. Para fortalecer ainda mais a ideia de que a *fides directa* é antes um estado do que um ato, exemplos extremos são dados em que a *fides reflexa* é simplesmente impossível, mas ainda assim se afirma a presença da *fides directa*, que são os casos das pessoas em coma⁴³ e dos infantes (que possuem fé salvadora assim que são batizados apesar de não serem capazes de compreender isso).

Lutero oferece uma ilustração da fé que é a perfeita combinação entre a linguagem de “relacionamento” e a linguagem de “estado” quando diz que a fé é como a aliança matrimonial (KOLB & ARAND, 2008, p.45-6). Assim como a pessoa casada não diz, “Eu me casei”, como se referindo a

43 Preus (2013, p.45-51) também cita o caso das pessoas que, por distúrbios de ordem psicológica, perdem capacidades da razão. Assim como as pessoas em coma, elas perderam um servo, mas não perderam por isso a fé: “Na verdade, a razão vai servir à fé enquanto o crente ouvir a Palavra de Deus e for capaz de refletir sobre as bênçãos que Deus tem reservadas para os crentes. No entanto, o que dizer daqueles que não são capazes de refletir sobre as bênçãos de Deus? Devido a algum tipo de moléstia, sua razão foi prejudicada, privando-os da habilidade de pensar racionalmente... Sim, eles perderam um servo (a razão). Mas eles perderam a fé? De jeito nenhum!”.

um evento passado, mas “Eu estou/sou casado”, como um estado presente, assim também é estar unido a Cristo em fé. Lutero ainda fala dos benefícios desse “matrimônio”. A partir do casamento, tudo o que é da noiva passa a pertencer ao noivo e tudo o que é do noivo passa a pertencer à noiva. No nosso caso, os nossos pecados passaram a pertencer ao noivo (Cristo) e a justiça dele passou a pertencer a nós. É a conhecida “troca feliz”. “Somente em fé são Cristo e um ser humano unidos de tal maneira, feitos um de tal maneira, que no julgamento de Deus a pessoa humana participa na justiça de Cristo” (KOLB & ARAND, 2008, p.46 – tradução nossa).

Esse “matrimônio”, esse relacionamento, esse estado, é iniciado e sustentado/mantido única e exclusivamente pelo Espírito Santo através da Palavra da promessa oral e sacramental. “Ser salvo por graça é viver a sua vida em um *estado de graça*. O Senhor está comprometido em prover que nada comprometa sua fé em Cristo. Tendo *chamado* você para a fé através do evangelho de Cristo, ele vai *sustentar* você na fé através do seu evangelho (PREUS, 2013, p.114 – tradução nossa)”.

Talvez poucos tenham conseguido dizer tanto em tão poucas palavras a respeito disso quanto Quenstedt, quando escreve a respeito da conversão de um adulto:

Conversão é o ato do Espírito Santo de aplicar graça, através do qual, junto com o Pai e o Filho, por absolutamente pura graça, fundamentada no mérito de Cristo, através da pregação da Palavra, Ele transfere o adulto espiritualmente morto *de seu estado de pecado para um estado de fé*, sucessivamente quanto aos atos preparatórios, mas num instante quanto ao ato derradeiro, por um poder divino e sobrenatural, embora resistível, assim que, arrependendo-se, ele obtenha pela fé a remissão dos seus pecados e participe da salvação eterna (QUENSTEDT apud SCHMID, 1889, p.465 – tradução nossa).

O que Quenstedt diz sobre a conversão de um adulto é igualmente verdadeiro quanto à conversão de um infante no batismo. Talvez a melhor expressão bíblica para falar da fé como um estado seja o “em Cristo”, de Paulo. “Uma conexão próxima a Deus em Cristo é criada pelo Batismo, tal como se tornar filhos de Deus. Estar em Cristo e fé estão proximamente ligadas uma com a outra (STEELE, 2017, p.124 – tradução nossa)”.

Ser batizado é entrar no estado de graça e beneficiar-se das promessas contínuas de Deus ao crente... Batismo define o estado de graça. Viver sob a graça de Deus não é algo que vai e vem dependendo do quão nefasto seu mais recente pecado é. Você tem um relacionamento constante com Deus (PREUS, 2013, p.123 – tradução nossa).

É esse estado de “estar em Cristo”, no qual se é colocado por Deus no batismo e no qual o Espírito Santo constantemente nos sustenta, que nos dá a segurança e a certeza da salvação. “Quando você olha para fora de si mesmo e para a justiça de Cristo, que Deus lhe imputa, você vê sua nova identidade. Sua nova identidade em Cristo é o que finalmente lhe permite crer sem dúvidas” de qualquer tipo (PREUS, 2013, p.57 – tradução nossa). Viver a partir dessa identidade imputada no batismo é o que define a vida cristã, que é o fruto da fé. Fé ou confiança “é a recepção da identidade de ser justo em Cristo. Essa identidade imputada, dada, chama a viver de acordo com essa identidade justa em uma vida justa. A pessoa que é justa pela fé vive de forma justa na e pela fé, sendo fiel” (STEELE, 2017, p.220 – tradução nossa). Mas a causa da justificação e da salvação não é a vida vivida a partir do batismo, mas, sim, o fato de estar em Cristo. É o estado, não suas consequências, que define a justificação.

O crente que vive em Cristo a partir do batismo e das outras formas em que a Palavra da promessa lhe é aplicada não deixa de ser, deste lado do *eschaton*, pecador. O veredito da justificação não implica transformação ontológica do ser humano, mas estabelece uma situação totalmente nova. A “troca feliz” de Lutero não é uma troca no que diz respeito à substância, mas uma troca no que tange o relacionamento. Ela coloca o crente numa nova realidade de relacionamento com Deus e com o próximo. Contudo, ao mesmo tempo em que o cristão é totalmente justo pela Palavra recriadora de Deus e a resposta de fé em Cristo (cuja justiça é imputada ao crente), ele é simultaneamente pecador em virtude de sua disposição humana caída e performance imperfeita de justiça. Este é o *simul justus et peccator* de Lutero. E isso não deve ser entendido no sentido de que o crente é parcialmente justo e parcialmente pecador (como se fosse possível uma verificação quantitativa). A justificação imputada “enquanto julgamento divino traz consigo o *simul justus et peccator* como estados *totais*” (FORDE apud KOLB & ARAND, 2008, p.49 – tradução nossa). O cristão vive no estado de ser simultaneamen-

te totalmente justo e totalmente pecador por toda a vida deste lado do *eschaton*. Nesse estado, o crente se agarra à Palavra da promessa independente de quantas vezes o pecado se tornar evidente para ele, seja pela autoconsciência de sua fraqueza e de suas falhas, seja pela fragilidade da vida sob os efeitos do pecado e do mal sobre o corpo e a alma evidentes por toda parte (KOLB & ARAND, 2008, p.48-52).

Portanto, uma vez que o cristão vive simultaneamente dois estados (o estado de ser justo e o estado de ser pecador), ele também vive simultaneamente em estado de fé e estado de arrependimento. Novamente, a linguagem do estado ajuda a tornar claro que não se trata de algo que o crente faz, mas de uma condição na qual o crente é colocado pela obra de Deus Espírito Santo. “Na conversão continuada”, ou vida de arrependimento, “cristãos arrependem-se diariamente de seus pecados e buscam o perdão de Deus. Esta também é obra do Espírito Santo, mas também é uma atividade em que o crente participa, sendo guiado e assistido pelo Espírito” (NAFZGER, 2017, p.560 – tradução nossa).

No entanto, existem duas coisas a que pode pretender referir quando se diz que o cristão vive em estado de arrependimento, e aí é importante esclarecer o que se quer dizer com a palavra *arrependimento*. Por um lado, pode-se dizer que o crente vive em estado de *μετάνοια*, apontando para aquela grande *μετάνοια* original, à qual também pode ser referida como *conversão* (como distinto da *conversão continuada*). “Todo crente está no estado de arrependimento; chegar à fé inclui voltar-se para o Senhor” (MUELLER, 1981, p.32 – tradução nossa). É basicamente a ideia apresentada na definição supracitada de *conversão* de Quenstedt. Nesse sentido, o “estado de arrependimento” equivale ao “estado de fé”, uma vez que “estar em estado de arrependimento” significa “ser um convertido”, condição à qual chegou e na qual é mantido por obra do Espírito Santo através dos meios da graça.

Por outro lado, “estado de arrependimento” pode ser usado para se referir à conversão continuada. Para esse arrependimento diário, uma outra opção de linguagem alternativa à do “estado” se apresenta. A partir de como Lutero lida com o assunto, alguns autores descrevem o “estado de arrependimento diário” em que o cristão vive como um “ritmo” de vida. “Por arrependimento, Lutero se referia à vida vivida no ritmo que Deus colocou em andamento através de sua Palavra de vida batismal” (KOLB & ARAND, 2006, p.13).

Reagindo contra a doutrina de Roma do arrependimento como uma atividade ocasional em que os cristãos eram requeridos a se engajar, e contra a subsequente prática da venda de indulgências, Lutero ensinou que arrependimento é o ritmo natural da vida cristã colocada em andamento no Batismo e continuando até a consumação do Batismo na ressurreição do corpo (PLESS, 2001, p.117 – tradução nossa).

Esse conceito, já presente em Lutero na primeira de suas famosas 95 teses (LUTERO, 1987, p.22-3), está particularmente evidenciado quando ensina, no *Catecismo Menor*, que “o velho homem em nós, por contrição e arrependimento diários, deve ser afogado e morrer com todos os pecados e maus desejos e, por sua vez, sair e ressurgir diariamente novo homem, que viva em justiça e pureza diante de Deus eternamente” (Cm IV, 12); e, no *Catecismo Maior*, que “o arrependimento outra coisa não é que um retorno ao batismo”, é “atacar o velho homem com seriedade e entrar nova vida”, pois o poder e o efeito do batismo são “a mortificação do velho homem e, depois, a ressurreição do novo homem. Ambas devem continuar a suceder em nós ao longo de toda a nossa vida, de forma que a vida cristã outra coisa não é que diário batismo, começado uma vez e sempre continuado” (CM IV, 65, 75, 79).

Ser mortificado pela lei e ressuscitado pelo evangelho não é um evento único deste lado da eternidade, mas provê o ritmo de toda a vida cristã. O cristão, tendo recebido a justiça passiva da fé, vive em constante luta contra sua natureza pecaminosa. Do ponto de vista de Deus, a justiça batismal é permanente e completa, mas ao mesmo tempo ela precisa ser dada sempre de novo na luta contra o pecado que ainda permanece. O cristão está engajado em uma luta interior entre velha criatura (natureza humana pecaminosa) e a nova criatura (vida no Espírito). Mas a mortificação diária do velho homem e a ressurreição do novo homem não se dá por mortificações artificiais da carne, tais como jejuar, tornar-se um monge, etc. O morrer e ressuscitar diário de que Lutero fala acontece através de confissão e absolvição. Confissão não é algo que fazemos para Deus a fim de receber por causa dela perdão dos nossos pecados (isso seria negar a obra de Cristo), mas é a oportunidade que o cristão tem de esvaziar suas mãos (e sua consciência) de seus pecados entregando-os a Cristo. O perdão dos pecados não é consequência da confissão, mas da Palavra da absolvição. Portanto, para Lutero, seria mais apropriado

falar de absolvição privada que de confissão privada (KOLB & ARAND, 2008, p.98-100). Melanchthon registrou na *Apologia* que “mantemos a confissão, mormente por causa da absolvição” (Ap XII, 99).

Esse ritmo da vida cristã como vida de arrependimento considera a palavra *arrepentimento* no seu sentido amplo (arrependimento e fé). Portanto, duas observações são fundamentais. Primeira, esse ritmo não pode ser produzido pelo ser humano, mas é obra exclusiva do Espírito Santo através de lei (arrependimento) e evangelho (fé). O arrependimento diário (contrição diária), qualquer que seja a linguagem que se use para nos referir a ele, não é de forma alguma a fonte da nossa salvação (se fosse, seríamos salvos pela lei, já que arrependimento/contrição é operado pela lei). A única fonte da salvação é o evangelho que opera fé através das multifacetadas formas em que ele vem ao ser humano (meios da graça).⁴⁴ A contrição sozinha sequer é arrependimento (considerando a palavra no seu sentido amplo), pois lhe falta a fé. Nas palavras de Lutero,

A primeira parte da penitência, o pesar, procede somente da lei. A outra parte, o bom propósito, não pode proceder da lei... Por isso há que se juntar à lei a promessa ou Evangelho que devolva a paz à consciência aterrorizada e a levante, para que se proponha o bem. A penitência que procede exclusivamente da lei é meia penitência ou seu início, ou penitência por sinédoque, porque carece do bom propósito. E se fica nisso, torna-se penitência de Caim, Saul, Judas e de todos aqueles que descreem e desesperam da misericórdia de Deus, isso, dos que se perdem (LUTERO, 1993, p.380).

Conectada a isso, uma palavra final sobre pregação de arrependimento e fé. Por mais importante que seja um ensino claro a respeito de arrependimento e fé que ajude as pessoas a compreenderem corretamente o que de fato é arrependimento e o que de fato é fé a fim de remover qualquer impressão de se tratarem de obras que se realizam para obtenção de remissão dos pecados e justificação, o mero ensino de conceitos não gera arrependimento e, muito menos, fé. “A fé vem pelo ouvir do Evangelho, não pelo descre-

44 “Nem a contrição nem a fé é algo que nós realizamos por nós mesmos. É o Espírito Santo que efetua ambos em nós. Ele opera a contrição através da lei e opera a fé através do evangelho, e exclusivamente através do evangelho. A mais importante distinção entre lei e evangelho repousa exatamente neste fato” (PREUS, 1982, p.8).

vê-la” (FORDE, 1990, p.138 – tradução nossa). “Se fé, confiança ou crer jamais é mencionado é totalmente imaterial. Fé será o resultado de pregar Cristo. Quando a graça de Deus é proclamada, pessoas vão confiar neste Deus, mesmo que fé jamais seja mencionada” (MUELLER, 1984, p.64 – tradução nossa).

Além disso, da mesma forma como o crente não pode operar arrependimento e fé em si próprio, por serem essas obras exclusivas do Espírito Santo, da mesma forma também o pregador não deve arrogar a si a função de produzir arrependimento e fé no ouvinte. Para fazê-lo, ele teria literalmente que ser o Espírito Santo, como diz Nestingen:

Caso se presuma que o pregador é o utilizador da lei de forma não qualificada, então o pregador é colocado em uma situação impossível. O pregador tem literalmente que ser o Espírito Santo, chamando, reunindo, iluminando, santificando, guardando e assim trazendo cada crente ao arrependimento e à fé em cada congregação que chama! [...] O fato de o Espírito Santo ser o utilizador último de ambos, lei e evangelho, liberta o pregador para pregar... (NESTINGEN, 2012, p.245-6).⁴⁵

Portanto, pregar arrependimento e fé nada mais é do que pregar lei e evangelho. Através da lei, o Espírito Santo opera arrependimento/contrição. Através do evangelho, seja em sua forma oral ou sacramental, o Espírito Santo opera fé. Arrependimento e fé são indispensáveis na vida do cristão, e ambos são obra de Deus no cristão.

CONSIDERAÇÕES

Arrependimento e fé não são, de forma alguma, obras meritórias para a salvação. Na busca de uma linguagem adequada que seja bíblica e confessionalmente fiel, apresentam-se alguns caminhos para ensinar sobre os tópicos. A fé pode ser descrita no caráter relacional e como um estado. O arrependimento, igualmente, pode ser descrito como um estado, mas mais

45 Apesar das valiosas reflexões de Nestingen sobre pregação de arrependimento neste artigo, sua sugestão de uma pregação de arrependimento a partir do evangelho vai perigosamente numa direção que lembra a condenada Confissão (FC V).

apurada é a descrição da vida de arrependimento (no seu sentido amplo, ou seja, arrependimento e fé) como um ritmo colocado em andamento por Deus no batismo e por ele guiado e assistido ao longo da vida de fé através de lei e evangelho. Qualquer que seja a linguagem, não se nega tanto o aspecto passivo quanto o ativo do ser humano no arrependimento e na fé; se enfatiza ambas como obras do Espírito em nós, e não obras meritórias para a salvação, e se mantém claro que a única causa da salvação é a graça de Deus em Jesus Cristo. Pregação de arrependimento e fé nada mais é do que pregação de lei e evangelho, através dos quais o Espírito Santo opera arrependimento e fé. A fé que apreende a promessa do evangelho é unicamente criada e sustentada pelo Espírito Santo através dos meios da graça. Não se sugere aqui que estas sejam as únicas linguagens apropriadas para se ensinar a respeito de arrependimento e fé, mas são apresentadas como caminhos apropriados, tanto bíblica como confessionalmente fiéis. Outros poderiam sugerir linguagens diferentes. O que não se pode mudar é o ensino em conformidade com as Escrituras, conforme as Confissões expõem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAND, Charles P.; KOLB, Robert. *The Genius of Luther's Theology – A Wittenberg Way of Thinking for the Contemporary Church*. Grand Rapids, Michigan: Baker Academic, 2008.
- BARTELT, Andrew H. *Gramática do Hebraico Bíblico – fundamentos*. Tradução de Acir Raymann. Canoas: Editora da ULBRA, 2006.
- DREFS, Holdair José. *Conversão à Luz de ἐπιστρέφω e μετάνοια*. Monografia (Bacharel em Teologia) – Faculdade de Teologia, Seminário Concórdia, São Leopoldo, Novembro, 1997.
- FEINBERG, Charles L. תשובה. In.: HARRIS, R. Laird; ARCHER, JR. Gleason L. & WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão e Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- FORDE, Gerhard O. *Theology Is for Proclamation*. Minneapolis: Fortress Press, 1990.
- GOETZMANN, J. μετάνοια. In.: BROWN, Colin & COENEN, Lothar (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Vol.1.

- Tradução de Gordon Chown. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- HAMILTON, Victor P. חַיִּים: In.: HARRIS, R. Laird, ARCHER, JR, Gleason L. & WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão e Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- KOLB, Robert. God's Word Produces Faith and Fruit – Reflections from Luther's Understanding of the Sermon on the Mount. *Concordia Journal*, v.40, n.3, Summer 2014, p.217-24.
- KOLB, Robert. *Martin Luther and the Enduring Word of God – The Wittenberg School and Its Scripture-Centered Proclamation*. Grand Rapids, Michigan: Baker Academic, 2016.
- LAUBACH, F. ἐπιστρέφω. In.: BROWN, Colin & COENEN, Lothar (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Vol.1. Tradução de Gordon Chown. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- LAUBACH, F. μεταμέλομαι. In.: BROWN, Colin & COENEN, Lothar (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Vol.1. Tradução de Gordon Chown. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- LIVRO DE CONCÓRDIA – As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*. DREHER, Darci (Ed.). Tradução de Arnaldo Schüller. 6.ed. rev. e atual. São Leopoldo: Sinodal; Canoas: Editora da Ulbra; Porto Alegre: Concórdia, 2006.
- LUTERO, Martinho. Contra os Antinomistas. In.: *Obras Seleccionadas*, v.4. Debates e Controvérsias, II. Tradução de Luís Henrique Dreher et al. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993.
- LUTERO, Martinho. Das Boas Obras. In.: *Obras Seleccionadas*, v.2. O programa da Reforma – escritos de 1520. 3.ed. atual. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2011.
- LUTERO, Martinho. Debate para o Esclarecimento do Valor das Indulgências. In.: *Obras Seleccionadas*, v.1. Os Primórdios – Escritos de 1517 a 1519. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987.
- MAAS, Korey. *De Poenitentia et Evangelio Coming Together and Coming Clear in Luther's Theology*. Seminar Paper (Master of Sacred Theology) – Department of Historical Theology, Concordia Seminary, St. Louis, May 1999.
- MICHEL, O. πίστις: In.: BROWN, Colin & COENEN, Lothar (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Vol.1. Tradução de

Gordon Chown. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

MIDDENDORF, Michael P. *Concordia Commentary: a theological exposition of sacred scripture – Romans 1-8*. Saint Louis: Concordia Publishing House, 2013.

MOLDENHAUER, Aaron. Repentance in the Confessions. *LutheranReformation.org*, 2016. Disponível em: <<https://lutheranreformation.org/theology/repentance-in-the-confessions/>>. Acesso em: 7 nov. 2019.

MUELLER, John Theodore. *Dogmática Cristã*. Tradução de Martinho L. Hasse. 4.ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Concórdia, 2004.

MUELLER, Theodore. Linguistic Nonsense About Faith. *Concordia Theological Quarterly*, v.48, n.1, jan. 1984.

MUELLER, Theodore. Repentance and Faith: Who Does the Turning? *Concordia Theological Quarterly*, v.45, n.1-2, jan.apr. 1981.

NAFZGER, Samuel H. with John F. Johnson, David A. Lump, and Howard W. Tepker (Eds.). *Confessing the Gospel – A Lutheran Approach to Systematic Theology*. Vol.1. Saint Louis: Concordia Publishing House, 2017.

NESTINGEN, James Arne. Preaching Repentance. In.: THOMPSON, Virgil (Ed.). *Justification is for Preaching – Essays by Oswald Bayer, Gerhard O. Forde, and Other*. Eugene, OR: Pickwick Publications, 2012.

PIEPER, Francis. *Christian Dogmatics*. Vol.II. Saint Louis: Concordia Publishing House, 1951.

PLESS, John T. Your Pastor Is Not Your Therapist: Private Confession – The Ministry of Repentance and Faith. *Logia*, v.X (Eastertide 2001), n.2.

PREUS, Peter. *And She Was a Christian – Why Do Believers Commit Suicide?* Milwaukee, Wisconsin: Northwestern Publishing House, 2013.

PREUS, Robert. O Efeito da Lei e do Evangelho: Arrependimento. Tradução de Astomiro Romais. In.: *Mensageiro Luterano*, ano 65, n.2, fev. 1982.

RAYMANN, Acir; WARTH, Martim Carlos. Pístis Iêsou Xristou: uma Releitura. *Theophilos*, v.4, n.1/2, jan.dez. 2004.

SCHMID, Heinrich. *The Doctrinal Theology of the Evangelical Lutheran Church*. 3.ed., rev. Charles A. Hay and Henry E. Jacobs (Trad.). Minneapolis: Augsburg Publishing House, 1899.

STEELE, Walter. *A Theological Dialogue with and Evaluation of Erik H. Erikson's Theory of Identity Development in Light of Pauline Baptismal Theology in Romans and Some Implications for Pastoral Care*. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Department of Practical Theology, Concordia

Seminary, St. Louis, February 2017.

WALTHER, Carl Ferdinand Wilhelm. *A correta distinção entre Lei e Evangelho*. Tradução de Marie Luize Heimann. Porto Alegre: Concórdia, 2005.

WENGERT, Timothy J. *A Formula for Parish Practice – Using the Formula of Concord in Congregations*. Minneapolis: Fortress Press, 2017.

WILSON, Marvin R. מִן־פִּי: In: HARRIS, R. Laird, ARCHER, JR, Gleason L. & WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão e Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.